

**“Resistir e Continuar Existindo”:
As lutas das mulheres quilombolas, indígenas e pescadoras no Brasil**

Por

Analba Brazão Teixeira , do SOS Corpo – Instituto feminista para a Democracia

Na última década, os governos de esquerda que comandaram o país investiram em políticas públicas de combate à miséria e à extrema pobreza. Os esforços fizeram com que o Brasil ,em 2014, deixasse de integrar o Mapa da Fome. Apesar disso, as desigualdades regionais, de raça e gênero ainda permanecem muito fortes. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que 70 a 80% da população parda e negra concentra-se nas regiões Norte e Nordeste. O SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia produziu um estudo em 2012 analisando essa mesma realidade, e concluiu que as mulheres são a maior parte das pessoas sem emprego e vivendo com menores salários ou sem qualquer tipo de rendimento.

Avaliando que as políticas de enfrentamento à pobreza incidem sobre mudanças e permanências, velhas e novas contradições, o próprio SOS Corpo, em parceria com a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) e em diálogo com o movimento de mulheres, desenvolveu a ação "Mulheres Negras e Populares: Traçando Caminhos e Construindo Direitos". Apoiada pela União Européia, esta ação tinha como objetivo contribuir para a integração social e melhoria das condições de vida de mulheres negras e de setores populares nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, bem como de fortalecê-las para o debate público e para os processos de participação social, incidindo nas políticas públicas. A estratégia previa apoio a atividades voltadas para incidência em políticas públicas, além de formação política associada a oficinas de comunicação com os grupos apoiados.

A ação foi iniciada em janeiro de 2015, quando o governo brasileiro extinguiu as Secretarias da Juventude, das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, realocando todas em um único Ministério, com redução de força política e de orçamento. As mulheres negras e populares, que já estavam num processo crescente de mobilização, deram resposta a esses desmontes. Muitos grupos surgiram e, junto a coletivos já existentes, auto-organizaram-se e construíram ações de resistência política e de movimentação na sociedade. Neste novo contexto, foi preciso, rever os objetivos iniciais da ação Mulheres Negras e Populares, que ao

invés de incidência em políticas públicas, precisava apoiar ações de fortalecimento local e regional, e realização de ações nacionais.

Muito esforço foi despendido e grandes mobilizações de mulheres ocorreram em Brasília , capital do país, neste mesmo ano de 2015: a Marcha das Margaridas, com mais de 70 mil, e a Marcha das Mulheres Negras, que reuniu cerca de 50 mil pessoas . Embora as respostas do governo federal frente a essas ações tenham sido pífias, as manifestações demonstraram a força das mulheres unidas em resistência não apenas para a população brasileira, mas também para outros movimentos sociais. Várias organizações estaduais foram criadas como a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, ambas na região Nordeste, além de que foram fortalecidas redes regionais, como a Rede de Mulheres Negras do Nordeste e a Rede Fulanas no norte do País. .

Em 2016, um golpe jurídico, midiático e parlamentar contra a presidenta eleita consolidou-se no Brasil. Mais que um desmonte, a coalizão golpista de direita promove, desde então, uma verdadeira destituição dos direitos sociais, através de uma política de austeridade e reformas que aprofundaram a crise econômica e as péssimas condições de vida das classes populares e do povo negro.

Além do plano material, o conservadorismo, o racismo e o fundamentalismo religioso também ganharam um grande espaço no universo simbólico brasileiro, escancarando o ódio das elites à classe trabalhadora, à população negra, quilombola e indígena, às mulheres e à população LGBTTIA+¹.

Vendo essas ameaças constantes de perda dos direitos já conquistados, os grupos apoiados pela ação “mulheres negras e populares” compreenderam a necessidade de atuar em alianças e de ampliar a luta de resistência, com um mesmo objetivo: barrar as perdas de direitos. Entre as populações mais ameaçadas em seus direitos identificamos as mulheres dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e territórios pesqueiros. Ao mesmo tempo elas enfrentam com toda a comunidade as ameaças externas da força bruta do latifúndio moderno, o agronegócio, no espaço dos territórios , as mulheres são ameaçadas também pela violência machista e enfrentam as dificuldades de auto-organização. Assim houve um grande incentivo para que as mulheres se organizassem nos quilombos, por exemplo, tanto por dentro das organizações mistas, como também pela criação de grupos exclusivos para as mulheres, que passaram a organizar encontros locais e regionais das quilombolas.

¹ Lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, transgeneros, intersexuais, assexuadas/os e outras.

Foi o caso do Encontro de Mulheres Quilombolas do Baixo Amazonas, que reuniu no mês de julho deste ano, mulheres dos 14 quilombos daquela região na cidade de Santarém, estado do Pará. Elas formaram um grupo chamado “Na Raça e Na Cor” e durante o encontro escreveram uma carta para os ministros do Supremo Tribunal Federal, denunciando a situação das comunidades quilombolas. Para estas mulheres a luta pelo território, é luta de vida, pois a relação destas comunidades com o território vai muito além da terra. Elas afirmam:

“Temos saberes, que herdamos de nossas ancestrais, sobre como plantar, colher, pescar, fazer partos e usar as plantas medicinais para cura de toda a comunidade. O território é a nossa mãe, o nosso alimento e a nossa vida. Para nós mulheres quilombolas é tudo muito pior. Nós somos violentadas, estupradas e agredidas física e psicologicamente todos os dias. Quando o povo está vulnerável, as mulheres sofrem ainda mais. O território ajuda a nos proteger pois nele podemos viver uma vida com mais dignidade e felicidade”.

Fortalecer a organização de mulheres negras e populares no Brasil hoje está para além da defesa de direitos sociais: está vinculada ao direito de resistir e de continuar existindo. Esta máxima vale para as organizações dos movimentos sociais que articulam os sujeitos, mas “resistir para continuar existindo” diz respeito principalmente, aos próprios sujeitos da causa territorial, que estão sendo exterminados.



*Ese texto foi traducido pra o alemao e publicado na revista Brasilicum:
<https://www.kooperation-brasilien.org/pt-br/evento/ Mesa-redonda-brasil/ Mesa-redonda-2017/nenhum-direito-a-menos>*